

Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas

Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS

Eziel Gualberto de Oliveira¹

Elcio Gustavo Benini²

Katianny Santana Gomes Estival³

Gabriel Gualhanone Nemirovsky⁴

Diego Federichi do Nascimento⁵

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.453-486>

Recebido em: 14/7/2016

Aceito em: 10/4/2017

Resumo

As moedas sociais podem ser compreendidas como um alternativo meio de troca de bens e serviços que é administrado por seus usuários, apresentam uma variedade de formas de expressão conforme condições específicas, aspectos sociais e culturais nas quais surgem. Esse trabalho teve por objetivo investigar quais os efeitos e contribuições promovidos pela utilização de moedas sociais em comunidades marcadas pela condição de precariedade socioeconômica, considerando as possibilidades na perspectiva do desenvolvimento local participativo e solidário. Os procedimentos da pesquisa foram orientados por uma epistemologia de crítica dialética. A aproximação empírica do objeto de investi-

¹ Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. eziliveira@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. elciobenini@yahoo.com.br

³ Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA. ksgestival@uesc.br

⁴ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. gabrielgnemi@gmail.com

⁵ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. diegofederichi@gmail.com

gação ocorreu por meio da análise da experiência de moeda social do projeto Pet Mania, localizada no bairro do Portal Caiobá, uma região periférica na cidade de Campo Grande – MS. Constatou-se que as moedas sociais podem ser utilizadas com a finalidade estratégica de enfrentar os problemas da escassez de dinheiro associada à dinâmica econômica concentradora de riqueza, promovendo a ativação das capacidades produtivas locais e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. A análise da experiência do caso estudado revelou que a utilização da moeda social do projeto apresenta lastro produtivo diferenciado baseado na mobilização da atividade de coleta de materiais recicláveis, e, de fato, contribui para desenvolvimento local de caráter solidário gerando benefícios nos segmentos ambiental, econômico e social da comunidade.

Palavras-chave: Moedas sociais. Desenvolvimento local. Finanças solidárias.

SOCIAL CURRENCIES AND THEIR CONTRIBUTIONS IN ECONOMICALLY PRECARIZED COMMUNITIES: AN EXPLORATORY STUDY OF THE EXPERIENCE OF THE PET MANIA PROJECT IN CAMPO GRANDE-MS

Abstract

Social currencies might be taken as an alternative means of exchange for goods and services which is controlled by its users and present a wide range of forms according to specific conditions and social and cultural aspects in which they can emerge. This paper aimed to investigate which contributions and effects are promoted under the use of social currencies in communities that are marked by substandard economic conditions and took into consideration the possibilities for local solidarity development. The research procedures were oriented by a critical and dialectical epistemology. The empirical approximation to the investigated object occurred through the experience analysis of a social currency named Pet Mania, located in the Portal Caiobá neighborhood in Campo Grande city in Mato Grosso do Sul. It was observed that social currencies might be used under the strategic purpose to confront money scarcity associated to a wealth concentration dynamics, promoting local productive capacities and contributing to the socioeconomic development of communities. The experience analysis revealed that the social currency used presented a differentiated productive backing based upon the collection of recyclables and indeed it contributed to local solidarity development, generating benefits to the environmental, economic and social segments of the community.

Keywords: Social currency. Local development. Solidarity finance.

A exclusão financeira é uma situação característica de populações que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, estando diretamente associada ao empobrecimento de territórios. De fato, a disponibilidade de meios de troca e de recurso ou serviços de financiamento é fundamental para viabilizar a realização de atividades produtivas e a circulação de riquezas que podem promover o atendimento de necessidades (LEYSHON; THRIFT, 1996). Desse modo, em oposição aos pressupostos da teoria econômica ortodoxa acerca da neutralidade da moeda, entende-se, neste trabalho, que numa economia capitalista a moeda desempenha papel de extrema importância para a organização econômica e espacial do desenvolvimento.

Carvalho e Abramovay (2004) destacam que as organizações bancárias formais apresentam comportamento e serviços financeiros caracterizados por desinteresse e um alto custo de acesso para a população mais pobre. Os autores sugerem que organizações locais pautadas em relações de proximidade podem criar serviços financeiros mais adequados às necessidades do público marginalizado.

As moedas sociais – por vezes denominadas de circulantes locais, moedas complementares ou paralelas – podem ser compreendidas como um meio alternativo de troca de bens e serviços, cuja administração é realizada por seus usuários. Também apresentam validade restrita espacial e geograficamente, tendo como princípio fundamental o estímulo à produção e circulação de riquezas locais. Diferentemente das formas de pagamento tradicionais, não servem como meio de acumulação, pois geralmente não rendem juros e, ao circularem dentro de restrições espaciais, promovem a ativação das capacidades produtivas locais (PRIMAVERA; 2002; MENEZES; CROCCO, 2009).

Singer (1998) argumenta que, a partir de fins do século 20, a busca por possíveis soluções à deterioração das relações de trabalho e exclusão social tem se manifestado no fortalecimento das práticas econômicas construídas por iniciativas populares e dos trabalhadores. Tais práticas têm se manifestado na busca de alternativas de organizar a produção, a distribuição

e a sociabilidade a partir de formas de trabalho baseadas na autogestão e de princípios cooperativos ou colaborativos, constituídas por uma diversidade de experiências e contextos, como fábricas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de produção ou comercialização, clubes de troca e diversas outras experiências de finanças solidárias.

De acordo com Coelho (2003), as finanças solidárias inserem-se no escopo de criação de economias solidárias como instrumento de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional. Nesse campo estão inseridas experiências como as moedas sociais, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos, clubes de trocas, cooperativas de crédito solidário e algumas experiências de microfinanças (COELHO, 2003; SINGER, 2009).

No Brasil o uso de moedas sociais e a disponibilização de serviços de crédito solidário têm sido amplamente praticados por meio da atuação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). A expansão de modelos de BCDs nas mais diversas regiões do país ocorre, sobretudo, a partir de 2005, com a constituição da política pública de finanças solidárias promovida com apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De fato, as iniciativas por parte da sociedade civil e o apoio governamental têm inspiração e apoio na experiência de sucesso do Banco Palmas, banco comunitário criado junto a uma moeda social em fins dos anos 90 em uma região periférica da cidade de Fortaleza/CE – caso pioneiro de organização de política comunitária e gestão social para o desenvolvimento local (RIGO, 2014; RAPOSO; 2014).

Pereira e Crocco (2011), entretanto, enfatizam que existe uma variedade de formas de expressão das moedas sociais dependendo do contexto, das condições específicas, aspectos sociais e culturais nas quais surgem.

Ao se considerar a contemporânea formação social e seu sistema financeiro caracterizado pela acumulação e concentração de riquezas, Harvey (1985) argumenta que a organização espacial das atividades econômicas e relações sociais opera dentro de um processo de globalização gradativamente marcado pela desigualdade regional e exclusão social de territórios condicionados à pobreza e à margem dos circuitos do sistema vigente. É neste contexto que a organização das economias locais por meio da utilização de moedas sociais ou serviços de finanças solidárias emerge como uma alternativa para complementar o atendimento de necessidades materiais e o desenvolvimento dessas comunidades empobrecidas e marginalizadas (LEYSHON; THRIFT; 1996; LEE, 1999; COELHO; 2003; MENEZES; CROCCO, 2009; SINGER; 2009).

A perspectiva emancipatória e participativa do desenvolvimento local traz a preocupação com as peculiaridades sociais e espaciais das comunidades, caracterizando-se como um processo de dinamização de suas potencialidades, baseado na mobilização de recursos ou condições endógenas dos territórios e iniciativa de atores locais por meio do efetivo protagonismo da participação popular com o intuito de transformar sua própria realidade e, consequentemente, sua qualidade de vida (ÁVILA, 2012; LIMA, 2000; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; MARTINELLI; JOYAL, 2004; BUARQUE, 1999; LLORENS, 2001).

No Brasil, a maioria dos estudos recentes sobre moedas sociais analisa as experiências promovidas pela atuação dos BCDs, entre os quais pode-se destacar as seguintes publicações: Rigo, Silva Junior e França Filho (2012); Rigo, França Filho e Leal (2015a); Rigo, França Filho e Leal (2015b); Raposo e Faria (2015) e Beatriz et al. (2016). Tais estudos, no entanto, trazem pouca ênfase a respeito do papel ou efeitos das moedas sociais para o processo socioeconômico de desenvolvimento local das comunidades nas quais se organizam.

Diante dessa problemática, esta pesquisa teve como objetivo investigar quais os efeitos e contribuições promovidos pela utilização de moedas sociais em comunidades marcadas pela precariedade econômica associada à exclusão social e financeira, considerando as possibilidades na perspectiva do desenvolvimento local participativo e solidário.

Além de uma extensa pesquisa sobre a literatura envolvendo a temática, o trabalho buscou uma aproximação empírica do objeto realizando a análise de uma experiência de moeda social localizada no bairro do Portal Caiobá, região periférica da cidade de Campo Grande – MS. Trata-se de uma experiência pioneira criada junto ao projeto social Pet Mania, de autoria e execução do Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), uma ONG que promove apoio e serviço social para crianças carentes. Para a obtenção dos dados necessários para a pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e visitas *in loco*, os quais foram analisados a partir da perspectiva crítico-dialética – conforme exposto na próxima seção.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis seções. A próxima seção apresenta esclarecimentos sobre o método e procedimentos da pesquisa.⁶ A terceira seção discute teoricamente questões sobre a natureza histórica da moeda e seus efeitos na organização econômica e social, apontando para resultados contraditórios das moedas oficiais. A quarta seção contém a literatura sobre moedas sociais e suas contribuições para o desenvolvimento local. Na quinta seção são apresentados o histórico e contexto da moeda social pioneira em Campo Grande, buscando discutir os resultados dos dados coletados do caso estudado à luz da sistematização de análise aqui elaborada. Por último, são apresentadas as considerações finais.

⁶ Por questões de ordem epistêmica, optou-se pela exposição do método e dos procedimentos metodológicos em seção anterior à discussão de ordem teórica. Tal exposição decorreu da necessidade de explanação das categorias de análise que foram desenvolvidas do decorrer do trabalho.

Método e Procedimentos da Pesquisa

Os procedimentos de investigação e análise desta pesquisa foram fundamentalmente centrados no que Faria (2015) propõe como Epistemologia Crítica do Concreto (ECC). Em síntese, o autor faz a distinção de três momentos fundamentais da prática de pesquisa, envolvendo o processo no qual o pensamento se apropria do real para a construção científica do conhecimento, que ao invés de um processo linear corresponde a uma dinâmica circular e interativa. Trata-se de uma proposição original para realizar pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas a partir do método crítico-dialético.

Faria (2015) considera que os três momentos fundamentais da pesquisa podem ser diferenciados a partir das características que se identificam na relação entre o objeto e o sujeito da pesquisa, e estabelece três categorias de análise que representam esses momentos. De forma sintética, tem-se:

- a) a aproximação primária ou fase pré-sincrética: etapa da pesquisa na qual o objeto ou campo empírico de investigação apresenta-se numa condição de aparência sem essência, numa fase fenomênica de percepção primária da realidade, em que os diversos elementos constitutivos e relações do real mostram-se de maneira confusa, multifacetada e de forma desorganizada;
- b) a aproximação secundária ou fase sincrética: momento em que o sujeito pesquisador, após conhecer seu objeto no campo empírico, busca aprofundar sua investigação por meio da apropriação de estudos e conceitos já elaborados. Essa fase consiste num retorno mais organizado da investigação do objeto, após a reflexão no campo empírico e o estudo das teorias disponíveis na literatura, quando o pesquisador pode organizar, conceituar, classificar e descrever seu objeto de investigação e;

c) a fase sintética da pesquisa do objeto: momento que se realiza quando ocorre a apropriação do objeto pelo pensamento como conhecimento científico, a partir da constante aproximação dialética entre sujeito e objeto, passando-se da totalidade estruturada, atingida na segunda fase de aproximação, para a totalidade em movimento.

A totalidade em movimento deve ser sistematizada por meio da identificação de categorias de análise e elementos constitutivos que o próprio real fornece ao pensamento, o que permite ao pesquisador reproduzir idealmente o objeto de forma não fragmentada, possibilitando a elaboração da sua totalidade cognoscível (FARIA, 2015).

Além de contextualizar as contradições da moeda dentro do sistema financeiro capitalista e a criação de moedas sociais como alternativa para o processo de intercâmbio produtivo na perspectiva do desenvolvimento local, buscou-se também a realidade de surgimento e de organização do projeto Pet Mania e de sua particular moeda social.

Assim, nossa análise foi guiada pela formulação de alguns elementos constitutivos dentro de duas categorias de análise: moeda social e desenvolvimento local, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 – Categorias e elementos constitutivos de investigação do objeto de estudo

Categorias de análise	Elementos constitutivos
Moeda social	a) Forma de lastro b) Aceitação do público c) Circuito de circulação d) Benefícios aos usuários e) Estímulo ao consumo endógeno

Desenvolvimento local	a) Geração de trabalho e renda b) Ativação de capacidades produtivas locais c) Organização de rede de produtores e consumidores locais d) Mobilização para a participação de política comunitária e) Empoderamento de atores locais para a resolução de problemas endógenos e atendimento de necessidades f) Atividades educativas de conscientização solidária
-----------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe ressaltar que tais categorias e seus elementos constitutivos foram formulados por meio de uma sistematização processual elaborada a partir do amadurecimento de pesquisa, resultante tanto dos elementos identificados por meio da maior aproximação com a experiência empírica – a moeda social do Projeto Pet Mania – quanto do aprofundamento das questões teóricas e conceituais acerca do objeto de investigação proposto.

Desse modo, guiados pela “Dialética do Concreto” (KOSIK, 1976) e pela “Epistemologia Crítica do Concreto” (FARIA, 2015), realizou-se o esforço de ir além das aparências fenomênicas do caso estudado, buscando a correspondência entre o fenômeno imediato e sua estrutura dentro da totalidade do movimento dialético.

Assim, neste trabalho, a coleta de dados primários da experiência de moeda social analisada deu-se a partir do processo de pesquisa de campo baseando-se em três atividades principais e complementares: conversas informais com participantes da experiência; observação presencial nos ambientes de organização da experiência e aplicação de entrevistas de questões não estruturadas e semiestruturadas.

O período de realização das atividades de coleta de dados primários teve início no mês de outubro de 2015 e se estendeu até o mês de março de 2016. Foram feitas visitas *in loco* para a observação dos ambientes e/ou espaços de funcionamento do projeto Pet Mania e realizadas entrevistas abertas ou conversas informais com três membros do IDE. Os critérios para a seleção de entrevistados na unidade de análise foram membros ou representantes

com posição de maior envolvimento e conhecimento a respeito da realidade do caso estudado. Na proposta de Faria (2015) essa fase de contato inicial poderia ser denominada de fase pré-sincrética ou de aproximação primária do objeto de investigação.

Após a sistematização de nossas categorias e elementos constitutivos de análise, no entanto, as informações mais relevantes acerca da experiência analisada foram fornecidas por meio da aplicação de extensa entrevista semiestruturada junto a um dos principais gestores do IDE que também foi o maior idealizador do Projeto Pet Mania. Todo o roteiro de entrevistas foi guiado pelas categorias e elementos constitutivos da investigação do objeto de pesquisa.

Por fim, é importante considerar o esclarecimento de Faria (2011) sobre a relação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento, que ao invés de se constituir em unidade, corresponde a uma interação dinâmica e contraditória, ou seja, trata-se de uma relação dialética, na qual da mesma forma que se move o real também se move a percepção e interpretação do pesquisador no processo de investigação.

Moeda, Exclusão Financeira e Precarização Social

A natureza da moeda, dentro do capitalismo, enfatiza a importância teórica da abordagem marxista por meio de seu método crítico-dialético, pois aí os conceitos ou categorias adquirem seu potencial explicativo quando localizados historicamente. Como se observa, as diferentes formas de riqueza socialmente aceitas, por exemplo, as mercadorias e moedas, derivam das condições de produção formadas dentro de relações sociais historicamente organizadas, e podem ter seu sentido explicado a partir do desenvolvimento dessas determinações. Esta visão permite uma compreensão mais ampla e ao mesmo tempo mais singular acerca do sentido da moeda.

Segundo Marx (1996), o dinheiro se origina e se desenvolve com a produção de mercadorias. Desse modo a compreensão da moeda se dá como relação social, pois a conversão de mercadorias em dinheiro pressupõe o processo de socialização dos trabalhos privados. Assim Brunhof (1978) ressalta que Marx construiu de início uma teoria da moeda válida para toda economia mercantil, ou que seja baseada na troca de mercadorias.

A partir da caracterização das relações mercantis capitalistas, Marx (1996) busca explicar a essência da moeda considerando o próprio processo de produção e circulação de riquezas, apontando para o caráter dual das mercadorias por possuírem valor de uso e valor de troca. A moeda seria a forma de mercadoria que, diferentemente das demais, desempenha o papel de equivalente geral, o que significa que a moeda é trocável por todas e quaisquer formas de mercadorias ou torna-se equivalente a todas as outras (CARCANHOLO, 2002).

Em seu desenvolvimento histórico, a origem da moeda ocorre *pari passu* com a própria mercadoria derivada do processo produtivo do trabalho, na forma de dinheiro, compreendendo uma mercadoria específica e socialmente aceita como equivalente geral. Assim, na “mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro” (MARX, 1996, p. 212).

Segundo Brunhof (1978), essa noção conceitual de equivalente geral é central, pois compreende todas as diversas formas e funções da moeda, uma mercadoria que assume o papel de moeda e se torna um signo de valor no qual as mercadorias aparecem puramente como valor de troca.

A partir da condição da mercadoria-dinheiro de ser uma forma de cristalização de trabalho humano abstrato e socialmente útil, a moeda pode desempenhar sua primeira função como medida de valor das mercadorias. Com a formação de um sistema de preços baseado em uma medida de valores,

o dinheiro pode cumprir a segunda função de servir de meio de circulação, efetivando a venda das mercadorias. Essas duas primeiras funções permitem que o dinheiro desempenhe duas outras importantes: reserva de valor ou meio de entesouramento e a função de meio de pagamento. A presença física da mercadoria dinheiro deixa de ser necessária quando o dinheiro circula como meio de pagamento, pois as transações e o estabelecimento de preços podem se basear em mecanismos de compensação de dívidas e operações puramente escriturais (MARX, 1996; BRUNHOF, 1978).

Marx (1996) evidencia que na produção capitalista a moeda é mais que um meio de troca e serve principalmente como instrumento de acumulação de riqueza, uma vez que fazer dinheiro é o motivo absoluto que impulsiona o movimento do capital, pois é na figura do dinheiro que o valor tem sua forma autônoma, representando a materialização social do trabalho humano.

Existem ainda diversas outras abordagens que realizam o esforço de explicar a natureza da moeda e seus efeitos na organização econômica. O debate teórico mais frequente acerca da questão monetária é representado em grande parte pelas correntes ortodoxas e keynesianas. Os pressupostos da primeira abordagem, como o caso da teoria neoclássica, consideram a moeda como neutra no longo prazo, de maneira que a influência da quantidade e criação de moeda não afetaria os níveis reais de produção e renda tanto em escala nacional quanto regional (LOPES; ROSSETTI, 2005).

Por outro lado, a partir das contribuições de Keynes (1982) busca-se enfatizar a interferência da moeda na produção e nos níveis reais da renda nacional; a taxa de juros é compreendida como o preço de equilíbrio entre demanda e oferta de moeda associada à preferência pela liquidez ou ao grau de disposição em reter moeda. A disponibilidade de crédito reduz à medida que se eleva a preferência pela liquidez por parte do público, podendo afetar os níveis de investimento e geração de emprego e renda. Já as correntes pós-keynesianas fazem um maior estudo acerca do sistema monetário e

financeiro e sua relação com o desenvolvimento, no entanto esses estudos de abordagem mais macro dão pouca atenção para questões relacionadas às dimensões locais do desenvolvimento.

Diegues (1992) enfatiza a importância de que cada sociedade busque construir formas de sustentabilidades próprias, com respeito as suas tradições culturais, suas próprias regras e demais aspectos das comunidades (p. 28). Em acordo com o pensamento de Chambers (1987) sobre desenvolvimento e sociedade, as pessoas precisam ser os condutores e não os seres conduzidos no processo de desenvolvimento, dessa forma há um contexto mais propício para que sejam construídas as chamadas sustentabilidades próprias, a partir das demandas reais das comunidades.

Embora essa seja necessidade substancial para o desenvolvimento das comunidades, Harvey (1985) considera que o processo de organização espacial do capital a partir da busca pelo lucro, dentro da dinâmica de acumulação de capital, resulta numa inerente tendência para a forte concentração econômica, desigualdades regionais e exclusão social.

Em relação à exclusão social são apresentados três elementos básicos que a caracterizam: falta de acesso ou precariedade nos serviços de educação, saúde e qualificação profissional; espaços com pouca ou nenhuma infraestrutura e condições habitacionais precárias; e níveis de baixa renda decorrentes da falta de oportunidade, situação de desemprego ou subempregos.

A exclusão social é também uma questão observada por Pereira e Crocco (2011) como intimamente relacionada à exclusão financeira. Souza (2015) destaca que a distribuição de recursos para financiamento é afetada por diferenças espaciais nos níveis de preferência pela liquidez: em regiões periféricas existe maior preferência pela liquidez gerando a tendência para maior concentração e disponibilidade de crédito a menores custos nos mercados centrais, fatores que aprofundam ainda mais as desigualdades regionais.

Desse modo, a exclusão financeira é caracterizada pela condição de precariedade ou ausência de acesso a serviços financeiros por uma determinada parcela da população, e seria em grande parte decorrente da forma como as instituições financeiras assumem seu cálculo de risco considerando que a maior possibilidade de prejuízo é inversamente proporcional à renda ou riqueza de sua clientela. Ainda, fatores como exigências burocráticas, garantias e taxas cobradas por serviços operacionais são apontados como outros impedimentos ao acesso de serviços bancários por parte de segmentos mais carentes da sociedade. Essas condições aparecem ainda como uma forte barreira ao desenvolvimento de potencialidades locais (MENEZES; CROCCO, 2009).

Leyshon e Thrift (1996) enfatizam evidências de como a exclusão financeira está associada diretamente a condições de fragilidade socioeconômica em determinadas regiões, principalmente aquelas que são periféricas no circuito do capital. Regiões em que há condições financeiras mais desenvolvidas estimulam maiores investimentos e são também economicamente mais dinâmicas por apresentarem maior capacidade para financiar empreendimentos e facilidade de intercâmbio de bens.

Moedas Sociais e Desenvolvimento Local

A partir da noção de que a moeda é construída socialmente no espaço, Lee (1999) considera que a moeda representa um fenômeno econômico essencialmente geográfico, pois na dimensão temporal e espacial serve de instrumento para a reprodução social e produção econômica.

A intensificação do processo de globalização, sobretudo a partir da década de 80, junto ao avanço da instituição de políticas neoliberais repercutem um aprofundamento de vários efeitos adversos recorrentes no sistema capitalista, tais como aprofundamento das desigualdades regionais, subde-

envolvimento, crises econômicas, desemprego e exclusão social. Diante desse cenário adverso, Albagli (1999) defende a importância estratégica do local como espaço de organização e iniciativa de resistência.

O crescente esforço de expansão do espaço geográfico das trocas dentro do processo de globalização tem promovido uma gradativa tendência de universalização da moeda, sobretudo a partir da convergência entre diversas moedas nacionais. A imposição de moedas universais, no entanto, desagrega as relações de oferta e demanda local e retira a autonomia econômica do lugar, promovendo uma erosão no potencial endógeno de criação e circulação de riqueza nas diferentes territorialidades.

A criação de moedas paralelas às oficiais como estratégia para a organização de circuitos locais de transações tem surgido como uma importante alternativa de enfrentamento das limitações e problemas gerados pelas moedas convencionais (LINTON; SOUTAR, 1994).

A delimitação do uso de um meio de pagamento no espaço ou por grupos utilizados paralelamente à circulação das moedas nacionais, trata-se da criação de uma moeda local que conforme Menezes e Crocco (2009) promove a recuperação da capacidade dos indivíduos de contribuir com a criação de riqueza endógena e influenciar a forma de reprodução social em seus espaços.

Considerando mais as questões econômicas, no entanto, a utilização de uma moeda social tem o intuito de incrementar a capacidade de autofomento para o atendimento das necessidades da comunidade, não se trata de ter como finalidade a autossuficiência local, mas de diversificá-la, permitindo reduzir a dependência de importações (SCHRAVEN, 2000). A ativação das capacidades produtivas acontece de forma sustentável, pois reduz a dependência econômica em relação a outros espaços a partir da priorização das trocas locais.

Pereira e Crocco (2011) fazem a consideração de que esses meios alternativos de pagamento podem assumir diferentes formas e características, dependendo do contexto em que surgem, dentro de especificidades sociais e culturais; adquirem ainda diversas denominações, como moedas paralelas ou complementares, circulante local, moedas sociais, etc. Para denominar o fenômeno de maneira mais ampla Menezes e Crocco (2009) propõem que a expressão Sistemas de Moeda Local (SML) seja utilizada para se referir às diversas manifestações de experiência de moedas paralelas. Pelo fato de estarem a serviço da resolução de problemas econômicos e sociais, França Filho e Silva Junior (2009) explicam que no Brasil são frequentemente denominadas de moedas sociais.

Assim, as moedas sociais ou Sistemas de Moedas Locais podem ser definidas como uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários a partir de um acordo entre membros dentro de comunidades locais como bairros ou cidades que são afetados pela exclusão financeira ou crises econômicas. Trata-se de um meio de pagamento que não tem a finalidade de suprimir as moedas nacionais e coexistem com estas. Além de servir de instrumento de estímulo à produção, a troca e a complementaridade de renda dentro de delimitações espaciais, possibilitam ainda a expressão da identidade local (PRIMAVERA, 2002; MENEZES; CROCCO, 2009; PEREIRA; CROCCO, 2011).

As três principais características para as moedas sociais, na opinião de Lieater (2001), é que, primeiramente, trata-se de um fenômeno que se inicia a partir do terceiro setor, ou seja, são criados independentemente do Estado e mercado; em segundo lugar apresentam restrição de uso no espaço, e o terceiro aspecto mais importante é que se trata de formas de moedas que não rendem juros, não servem de instrumento de acumulação. Pereira e Crocco (2011) consideram que a questão fundamental acerca do efeito das moedas locais é que possibilitam poder de decisão aos indivíduos ao promover autonomia em sua capacidade de contribuir para as condições do próprio bem-estar social e econômico em seus espaços.

Qualquer forma de expressão monetária só pode desempenhar seu papel com base na relação de confiança que os indivíduos atribuem ao valor da moeda. Sobre esse ponto de vista Menezes e Crocco (2009) apontam que há maior necessidade de leis regulatórias e poder estatal para garantir a confiabilidade no caso de moedas mais globais. Já no caso das moedas locais, ao invés de regras formais, a aceitação social é o fator mais importante para sua existência; é o próprio estabelecimento de um contrato de confiança, geralmente informal, que garante a sua coesão social dentro da comunidade (LEE, 1999).

Sobre as questões institucionais, Lieater (2001) contextualiza que na maioria dos países não há legislação que impeça a utilização de um meio de pagamento paralelo. Por suas limitações espaciais e econômicas as moedas locais não representam ameaça às moedas oficiais, não havendo fortes razões para serem consideradas ilegais.

Menezes e Crocco (2009) argumentam que em termos de magnitude de valor os SMLs não são considerados relevantes por se tratarem de fenômenos microespaciais; eles esclarecem ainda que apesar de os benefícios promovidos pela utilização de moedas sociais não serem mensurados com facilidade de modo quantitativo, as melhorias mais expressivas e de impacto geradas por essas experiências são de natureza qualitativa, tais como empoderamento individual e coletivo, construção de um senso de comunidade e maior frequência e proximidade de interação social.

Nos países desenvolvidos, diversos autores apontam que os SMLs originam-se com forte motivação ideológica, sobretudo concepções ecológicas, religiosas e socialistas. Já em países subdesenvolvidos a criação de moedas paralelas é mais associada a problemas sociais, como a exclusão financeira, baixa renda, desemprego, crises e estagnação econômica (LEE, 1999; PEREIRA; CROCCO, 2011; PRIMAVERA, 2002).

A expansão de experiências com moedas sociais inicia-se, sobretudo, a partir das décadas de 80 e 90, e estão diretamente ligadas aos movimentos de economia popular e solidária, que naquela mesma época de aprofundamento de crise do trabalho e precarização dos direitos sociais surgem como formas alternativas de organização do trabalho e geração de renda com base em princípios de cooperação e autogestão (GAIGER, 1999; SINGER, 2004).

São identificadas quatro destacadas e diferentes formas de manifestação de moedas locais ou sociais conhecidas em diversas partes do mundo, cada uma com características particulares e distintas: os Lets (Local Exchange and Trading System), os SEL's (Systemes d'Echange Local); os Time Dollars e os Clubes de Troca. Em 1983 os Lets surgiram primeiramente no Canadá, em resposta a uma crise econômica associada à produção de madeiras. Seu funcionamento está baseado na associação de moradores que utilizam sua própria moeda a partir de registros contábeis para organizarem uma rede de trocas. Os SEL's surgiram na França em 1994 por motivações de caráter ideológico e podem ser considerados um caso especial de Lets, com a diferença de que as transações funcionam apenas baseadas em registros contábeis, não apresentam a utilização física de moeda. Já os Clubes de Troca têm sua origem na Argentina em 1995 com o objetivo de ser uma alternativa à crise econômica e ao desemprego vigente na época. Nessa modalidade, as trocas também funcionam baseadas em moeda local com determinado valor, mas os Clubes de Troca acontecem em horários e localidades específicas. Os Time Dollars foram uma iniciativa surgida nos Estados Unidos em 1980. Nesse sistema o funcionamento das trocas é baseado em um banco de horas de serviços e tem a finalidade de valorizar as pessoas a partir de seu trabalho (MENEZES; CROCCO, 2009; LIEATER, 2001; PEREIRA; CROCCO, 2011; PRIMAVERA, 2002).

No Brasil o surgimento de SMLs é ainda mais recente, começam a se espalhar pelo país a partir dos anos 2000. Menezes e Crocco (2009) consideram que alguns assemelham-se aos Clubes de Troca argentinos, no entanto grande parte da existência das moedas sociais brasileiras está diretamente ligada ao surgimento e atuação de Bancos Comunitários de Desenvolvi-

mento (BCDs), que são organizações associativas ou comunitárias que têm a finalidade de prestar serviços financeiros na proposta de desenvolvimento da economia solidária, para promover a criação de redes locais de produção e consumo, fortalecendo a geração de trabalho e renda nas comunidades (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006; REDE..., 2006).

Conforme a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), as principais atividades praticadas pelos BCDs são serviços de microcrédito, tanto produtivo como para consumo, e a emissão e controle das moedas sociais; o caso mais pioneiro é a experiência do Banco Palmas, em Fortaleza – CE. A sustentabilidade dos Bancos Comunitários é mantida por subsídios e doações do setor público e privado, além da captação de fundos comunitários. A grande vantagem é que empréstimos feitos em moedas sociais são isentos de juros e os comerciantes locais geralmente oferecem descontos para aqueles que as utilizam. Outra característica importante destas formas de circulantes locais é que são lastreadas em moeda nacional, fator que contribui para o fortalecimento de sua confiança (REDE..., 2006; MENEZES; CROCCO, 2009).

Rigo (2014), por sua vez, argumenta que essa forma de lastro limitada às reversas em moeda formal também impõe dificuldades e limitações para a emissão de moedas sociais na atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Análise da Experiência de Moeda Social do Projeto Pet Mania

Apresentação e Contextualização da Experiência

O projeto Pet Mania é promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE), uma ONG de apoio e serviço a crianças e adolescentes carentes. Encontra-se localizado na região sudeste de Campo Grande – MS, em uma comunidade periférica denominada de bairro do Portal Caiobá.

Tem seu funcionamento baseado na coleta de materiais recicláveis e na circulação de uma moeda local com a finalidade de gerar recursos para o IDE e melhorar a qualidade de vida das comunidades atuando nas áreas social, econômica e ambiental. De acordo com a conceituação dada pela instituição, trata-se de uma tecnologia social, pois “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (FUNDAÇÃO..., 2016).

A respeito da conceituação, recente, de tecnologia social – conceito que também pode despontar como categoria analítica do fenômeno estudado – Dagnino, Brandão e Novaes (2004) ressaltam os processos de inovação coletiva conduzidos por atores que desenvolvem formas tecnológicas a partir do próprio local no qual estão inseridos. Dessa forma, ao se considerar as tecnologias sociais no âmbito da inovação tecnológica, esta “não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la” (DAGNINO, BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 57).

O município de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, possui aproximadamente 8.069 km² e 853.622 habitantes e é organizado demograficamente em sete regiões, as quais, exceto a região central, recebem como denominação os córregos que cortam a cidade de acordo com sua proximidade em relação a eles (INSTITUTO..., 2014). Dessa forma temos a região do Anhanduizinho, do Bandeiras, do Imbiruçu, da Lagoa, do Prosa e do Segredo. O bairro Caiobá, área na qual a moeda social do Projeto Pet Mania é utilizada, encontra-se inserido na região do córrego Lagoa. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (2015), essa região conta com aproximadamente 105 mil pessoas, e o bairro Caiobá possui cerca 20 mil habitantes.

Ainda segundo estimativas da Planurb (INSTITUTO..., 2015), 72,86% dos moradores do bairro afirmam possuir renda com o valor máximo de um salário mínimo e a renda per capita na região é de R\$ 299,66 por mês.

A comunidade da região é formada por várias etnias, inclusive por alguns grupos indígenas, porém a maioria considera-se de cor parda. Não existem muitas organizações ativas no bairro, restringindo-se a alguns clubes de mães e principalmente igrejas.

O Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE) é uma Organização Não Governamental (ONG) que surgiu em 2000. Em 2002 foi celebrado o primeiro convênio com a Secretaria de Assistência Social do governo de Mato Grosso do Sul, iniciando o atendimento de mais 120 crianças na região de Nova Lima. Em 2006 iniciou-se um novo projeto no bairro Portal Caiobá, passando a atender 150 crianças nesta comunidade em 2007, com o apoio de uma organização internacional. Em 2008 e 2009 o projeto foi contemplado pelo edital de projetos do Criança Esperança/Unesco e pelo Instituto Energias do Brasil. Em 2010 a entidade recebeu recursos da Petrobras/FIA, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Grande (INSTITUTO IDE, 2015).

Atualmente a instituição desenvolve seus projetos em parceria com diversas organizações comunitárias, igrejas, centros de educação infantil (Ceinfs) e escolas da rede pública de ensino, atendendo cerca de 1.200 crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos, sendo patrocinada pelo Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, entre outros parceiros. De acordo com o seu Estatuto, o IDE possui como ação prioritária o desenvolvimento de projetos socioeducacionais que façam garantir à criança e ao adolescente o direito à educação, à alimentação, ao lazer, ao esporte, à cultura, à profissionalização, à saúde, à dignidade e à vida. O projeto social também atende mães e pais dentro da comunidade com oficinas profissionalizantes.

O IDE também faz parte da Rede Uns Por Todos, uma iniciativa que busca promover a cooperação mútua entre ONGs, Oscips, Igrejas, Associações de Moradores, Clube de Mães, Escolas Públicas Municipais e Estaduais, Centros de Educação Infantil – Ceinfs – líderes comunitários e todos os atores sociais das regiões em risco social em que essas instituições desenvolvem seus projetos. Essa rede tem como prioridade fortalecer as

ações sociais na proteção das crianças, adolescentes e famílias, por meio da troca de experiências, articulações, diálogo, participação, apoio técnico, eventos, divulgação, doações e outras ações que possam fortalecer a estrutura administrativa, física, técnica, política, burocrática, visual, representativa, social, educacional e sustentável de cada instituição que faz parte desta rede (INSTITUTO IDE, 2015).

O Projeto Pet Mania e sua Moeda Social: lógica de funcionamento e informações

A ideia surgiu em uma viagem que o idealizador do projeto Pet Mania fez ao Egito no ano de 2011, em meio à chamada Primavera Árabe, cenário caótico de insegurança social que o despertou para a necessidade de desenvolver projetos sociais com materiais de resíduos.

A proposta foi conduzida a partir da análise da realidade social e ambiental de onde atua o IDE, no bairro Caiobá. A criação teve início no ano de 2012, mas desde então passou por alguns importantes momentos de adaptação e desenvolvimento até a consolidação, no início de 2015.

A referência da atuação do Banco Palmas foi uma grande inspiração para introduzir uma moeda social no projeto. Outra grande motivação para o desenvolvimento do projeto foi a busca para geração de recursos e financiamento para o funcionamento do IDE. Atuando no terceiro setor, o IDE enfrenta diversos desafios para manter sua sustentabilidade. Diante da dificuldade de captar recursos, os gestores do IDE estavam preocupados em criar alternativas de fonte de renda para a instituição, além dos convênios e editais.

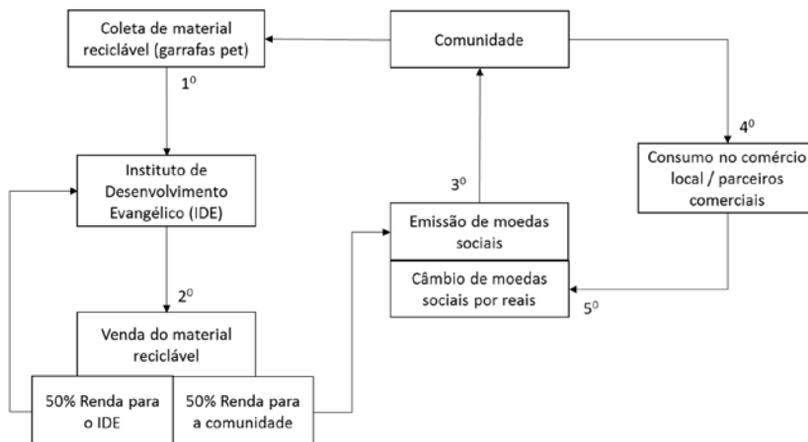
Em síntese, a lógica de funcionamento do projeto e circulação da moeda pode ser explicada em três fases, a primeira baseada na mobilização da comunidade em prol da coleta seletiva de materiais recicláveis como garrafas pet e latinhas de alumínio. O IDE desenvolve todo um trabalho de conscientização nesse sentido.

No segundo momento acontece a troca, quando os colaboradores da comunidade levam o material reciclável à sede do IDE para receber o valor do material coletado em Ideais, a moeda social local criada pelo projeto.

Por sua vez, o terceiro momento ocorre com a utilização dos Ideais pelas pessoas para adquirirem produtos de comerciantes parceiros do bairro e do projeto Pet Mania. Conforme constatou-se, a partir de 2015 a moeda ganha aceitação em três pequenos comércios de conveniência e mercearia. A moeda social Ideal também pode ser utilizada na compra de outros produtos no bazar solidário, organizado igualmente pela instituição.

Os membros do IDE que atuam no projeto vendem os materiais recicláveis no mercado em moeda corrente, com 50% do valor arrecadado em dinheiro sendo aplicado em benefício da sustentabilidade da instituição e a outra parte é aplicada para lastrear a emissão de moedas sociais realizando-se sua compra ou resgate junto aos parceiros comerciais do projeto, ou seja, os Ideais são comprados em um segundo momento para dar continuidade ao seu ciclo de circulação. A Figura 1 apresenta um fluxograma que representa de forma sintética o processo de funcionamento do projeto Pet Mania e circulação de sua moeda social.

Figura 1 – Fluxograma de funcionamento do projeto Pet Mania e sua moeda social



Fonte: Elaborado pelos autores.

O valor de cada Ideal é indexado ao preço de mercado da garrafa pet, e equivale a exatamente metade do valor de venda do seu quilo. A troca de outros materiais recicláveis, como latinhas de alumínio, também é baseada no valor relativo da pet. Flutuações de mercado no preço da pet refletem em alterações proporcionais no valor do Ideal, por mais que o preço do quilo da pet apresente cotação estável ao longo do tempo, sem grandes oscilações. Uma vez que 1 quilo de pet equivale a aproximadamente 20 garrafas, em 2015 o preço do quilo permaneceu em R\$ 0,80 e desse modo cada Ideal teve valor correspondente a R\$ 0,40.

Assim, metade do valor gerado pela mobilização da atividade de coleta de material reciclável é utilizado para a manutenção e sustentabilidade das ações e projetos sociais para as crianças atendidas pelo IDE, um benefício que também retorna diretamente para a comunidade.

São cerca de 1.200 famílias atendidas pelo IDE e que colaboram com as atividades do projeto Pet Mania. Trata-se de famílias que se encontram em situação de risco social e são beneficiadas tanto pelo apoio do IDE como

pela renda extra garantida com a participação no projeto. A estimativa dos gestores é que são coletados cerca 250 garrafas pet por semana no bairro, o que equivale a cerca de mil quilos por mês.

Um outro desdobramento importante a ser ressaltado do projeto encontra-se na sua relação com a questão ambiental, conforme será destacado na próxima seção.

Resultados do Projeto Pet Mania na Perspectiva das Moedas Sociais e Desenvolvimento Local

A Pet Mania e a circulação de sua moeda local constituem uma experiência recente e em processo de maturação, mas já apresenta importantes contribuições para a comunidade e para a ONG.

A forma de moeda local na experiência analisada apresenta importantes características e peculiaridades que a distinguem das demais moedas paralelas encontradas na literatura. A maioria das moedas sociais em circulação no Brasil é criada e gerida por Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como é o caso do Banco Palmas, que atua com a finalidade de prestar serviços de microfinanças solidárias para o desenvolvimento da comunidade. Diferentemente das moedas sociais controladas pelos BCDs, que conforme a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) são lastreadas em moeda corrente ou em reais, os Ideais, moedas locais criadas a partir da Pet Mania, têm seu valor lastreado na atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis dentro da comunidade, com base no preço da pet.⁷

⁷ Esse processo tem paralelo com a teoria monetária marxista (MARX, 1996), que compreende a origem das diferentes formas de moeda (equivalente geral) a partir da mobilização do trabalho dentro do processo produtivo, o que corresponde à agregação de valor em sua dimensão social.

A validade da moeda Ideal dentro do bairro do Portal Caiobá é fortemente ligada à sua aceitação social na comunidade e parceiros comerciais, o que foi possível em grande parte pelo respaldo que o IDE tem dentro da comunidade em razão de seu engajamento na melhoria da qualidade de vida das famílias.

De fato, a utilização da moeda no projeto Pet Mania no bairro do Portal Caiobá tem promovido efeitos benéficos diretos para a comunidade em três segmentos importantes: no ambiental, saúde pública e socioeconômico. Desse modo pode-se considerar uma destacada experiência de desenvolvimento local caracterizado pela mobilização da participação comunitária, uma experiência que promove importantes relações de solidariedade local e benefícios de interesse coletivo.

Na área ambiental as melhorias são expressivas, desde a efetivação do projeto houve uma significativa redução da quantidade de lixo espalhado pelo bairro, identifica-se uma mudança geral de comportamento entre os membros da comunidade em relação a uma maior conscientização sobre a necessidade da realização de atividades de reciclagem de resíduos.

As atividades do projeto têm promovido significativa redução dos casos de dengue, o que se reflete em efeitos positivos até para a saúde pública. De acordo com o índice de infestação de dengue proposto pelo Ministério da Saúde, que varia de 1% a 5%, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande (2015) os casos de dengue na região do Portal Caiobá apresentaram redução de 3% para 1% desde a instituição do projeto Pet Mania, graças à significativa diminuição da quantidade de lixo e resíduos espalhados pelos diversos espaços da comunidade.

Na dimensão socioeconômica a experiência contribui para a criação e fortalecimento de laços de proximidade entre os membros da comunidade a partir das relações de confiança e solidariedade (identidade) que envolvem

a utilização da moeda social. Mobilizando a comunidade para a atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis o projeto promove a geração de valor que contribui para complementar a renda das famílias.

Os ganhos em moeda social são utilizados pelas famílias essencialmente para o consumo de alimentos como pães e frutas, e graças aos descontos com os parceiros locais ainda obtêm maior poder aquisitivo, evidenciando que a circulação da moeda por meio do projeto contribui para o atendimento das necessidades básicas das famílias de baixa renda da região e melhorando suas condições de qualidade de vida.

A educação financeira das crianças e famílias é um efeito positivo, uma vez que se envolvem com decisões de gasto e poupança. O aumento do poder de compra das famílias que fazem seus gastos em Ideais é um importante benefício, posto que os parceiros do comércio local geralmente dão descontos de pelo menos 5% para quem utiliza as moedas sociais, o que amplia as condições de atendimento das necessidades básicas dos moradores.

Por sua vez, os parceiros comerciais são beneficiados com a divulgação e melhoria da imagem de seus pequenos empreendimentos a partir da parceria com o IDE, e também acabam ganhando mais fidelidade dos clientes que utilizam a moeda social. O reconhecimento que os parceiros comerciais têm da importância que o IDE representa para o bem-estar da região é outro fator percebido que contribui para a colaboração dos comerciantes com o projeto.

Na dimensão do desenvolvimento local, pode-se ressaltar também que a utilização da moeda social a partir do projeto Pet Mania apresenta contribuições importantes. Primeiramente a emissão da moeda é diretamente associada à ativação de capacidades produtivas endógenas e criação de riqueza local por meio da mobilização de atividade de coleta seletiva de resíduos no bairro. Desse modo cria condições para que a comunidade melhore sua própria qualidade de vida, reflexo dessa maior capacidade dos membros da comunidade de influenciar a reprodução social no espaço em que vivem.

Identificou-se que a aceitação da moeda social pela comunidade e parceiros também estreita os laços de proximidade solidária nas relações econômicas do território, conscientizando os moradores da importância de comprarem e contribuir com as necessidades da economia local. Por ser uma forma de moeda com finalidades sociais, promove uma transformação nos valores associados à atividade de produção e troca, a cooperação e solidariedade tornam-se base para a organização de uma rede de produção e consumo local.

Os dados qualitativos obtidos a partir do processo de pesquisa em campo corroboram com as concepções de Primavera (2002), a qual enfatiza que a criação de moedas locais serve de instrumento de conscientização e emancipação das economias populares. Apesar da amplitude de circulação da moeda social ser pequena em relação ao tamanho da comunidade, existe o potencial para resultados mais significativos por meio da ampliação da lógica de funcionamento e do tamanho do projeto.

Em relação a outras moedas sociais como as que são geridas por BCDs, a moeda social do projeto Pet Mania mostrou-se com maior poder de autonomia. A existência dos Ideais depende da ativação de capacidades produtivas da própria comunidade, por isso apresenta um forte potencial de sustentabilidade gerando recursos para o IDE e renda para a comunidade.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar os efeitos promovidos pela utilização de moedas sociais em comunidades marcadas pela condição de precariedade socioeconômica ou escassez de recursos materiais.

A criação de moedas sociais possibilita o desenvolvimento criativo de instrumentos de intercâmbio produtivo desvinculados do atributo de cobrança de juros correspondente ao preço ou direito de rendimento cobrado pela atividade de empréstimo – que serve de base para a emissão de

moeda formal – processo este historicamente subordinado às finalidades sistêmicas de acumulação capitalista. Assim, quando controladas por seus usuários, as moedas sociais podem ser utilizadas com a finalidade estratégica de enfrentar os problemas da escassez de dinheiro. Dessa forma, mesmo que em dimensões locais, também contribui no âmbito do fortalecimento da economia solidária como um instrumento para a construção de um processo de troca alternativo aos imperativos monetários e financeiros de acumulação de capital.

Apesar das limitações políticas e institucionais, as moedas sociais apresentam ainda a potencialidade para promover a ativação de capacidades produtivas, espacialmente endógenas, e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e solidário das comunidades, contrapondo-se ainda aos efeitos deletérios gerados pela circulação das moedas formais. Para o fortalecimento dessas alternativas monetárias é importante destacar, ainda, a necessidade institucional da maior articulação com organizações criadas para a democratização financeira e serviços de crédito solidário.

O resultado do estudo do caso do projeto Pet Mania e sua moeda social apontou para benefícios em três dimensões importantes da comunidade, quais sejam: a dimensão ambiental, com maior limpeza do bairro e redução dos casos de dengue; dimensão social, promovendo relações de proximidade e solidariedade entre os membros da comunidade, e o desenvolvimento econômico local e comunitário no bairro Portal Caiobá, gerando renda e promovendo o atendimento de necessidades a partir da organização de uma rede de produção e consumo endógena à comunidade.

A experiência apresentou um importante diferencial em relação às demais moedas sociais: a moeda Ideal tem lastro produtivo gerado a partir da coleta de materiais recicláveis, o que tem resultado na mobilização – que o projeto Pet Mania promove – da comunidade para atividades voltadas à sustentabilidade ambiental na região.

Identifica-se ainda que essa moeda alternativa tem potencializado a produção e circulação de riqueza local, pautada em laços de proximidades entre os membros da comunidade. Além de incrementar a renda dos moradores, as compras com Ideais aumentam o poder de compra dos participantes, que ganham descontos dos comerciantes parceiros do projeto. Merece destaque que a sensibilização e a conscientização da comunidade em relação aos benefícios do projeto têm sido fundamentais para os resultados alcançados.

Apesar da experiência de moeda social analisada não atingir a maior parcela dos membros de sua comunidade, consideramos que a moeda social Ideal possui ainda a capacidade para adquirir uma abrangência muito maior, pois apresenta potencialidade para servir de base para a instalação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento para realizar a prestação de serviços de crédito solidário, o que possibilitaria um aumento ainda mais significativo da expansão e geração de benefícios para a comunidade. Nesse sentido destacamos a importância observada da mobilização de atores capazes de viabilizar os recursos necessários para a ampliação do projeto, como militantes da economia solidária, acadêmicos interessados em atividades de extensão social, incentivos de políticas públicas, ONGs e organizações de interesse privado.

Este trabalho teve como limitação metodológica o fato de a coleta de dados primários sobre experiências empíricas do objeto de investigação ter se baseado apenas na análise de um caso, ainda que em profundidade. Assim, recomenda-se a realização de novas pesquisas com base em uma análise mais detalhada de outras experiências de moedas sociais de destaque.

Referências

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *Globalização e inovação localizada: experiências e sistemas locais no Mercosul*: IBICT, 1999. p. 181-199.

- ÁVILA, V. F. Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno-e-mancipatório). *Paidéia – Revista do Curso de Pedagogia da Fumec*, Belo Horizonte: ano 9, n. 12, p. 13-49, 2012.
- BEATRIZ, M. Z. et al. Moeda social: possibilidades e limites – reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. *Otra Economía*, vol. 10, n. 19, jul./dic. 2016.
- BRUNHOFF, Suzane de. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. 2. ed. Recife: IICA, 1999.
- CARCANHOLO, R. A. Sobre a natureza do dinheiro em Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 33-37, dez. 2002.
- CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (Org.). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: Sebrae, 2004. p. 17-45.
- CHAMBERS, R. Sustainable livelihoods, environment and development: putting poor rural people first. *IDS Discussion Paper 240*, Brighton: IDS, 1987.
- COELHO, D. F. A história das finanças solidárias. In: *ANPUH – Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.
- DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO. 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2000.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual de tecnologia social. In: LASSANCE JR., A. et al. (Org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação do Banco do Brasil, 2004.
- DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, (6)1-2: 22-30, jan./jun. 1992.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder – fundamentos*. Curitiba: Juruá, 2011. V. 1.
- _____. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposta para os estudos organizacionais. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, set. 2015.
- FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos comunitários de desenvolvimento. In: HESPANHA, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 31-36.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *O que é tecnologia social?* Disponível em: <<http://fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e-tecnologia-social/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

- GAIGER, L. I. G. Significados e tendências da economia solidária. *Revista da CUT – Sindicalismo e Economia Solidária*: reflexões sobre o projeto da CUT, São Paulo, p. 29-42, dez. 1999.
- HARVEY, D. *The urbanization of capital*. Oxford: Johns Hopkins University, 1985. 259p.
- INSTITUTO IDE. *Tecnologia social*: Projeto PET MANIA. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://institutoide.org.br/pet-mania/#toggle-id-9>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa da População Residente no Brasil*. 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO (Planurb). *Perfil Socioeconômico Campo Grande*. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/PLANURB>>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEE, R. Local money: geographies of autonomy and resistance? In: MARTIN, R. *Money and space economy*. Nova York: Wiley & Sons, 1999. p. 207-224.
- LEYSHON, A.; THRIFT, N. Financial exclusion and the shifting boundaries of the financial system. *Environment and Planning A*, v. 28, p. 1.150-1.156, 1996.
- LIEATER, B. *The future of money: creating new wealth, work and a wiser world*. London: Century, 2001.
- LIMA, A. L. C. Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico local: idéias inovadoras no debate sobre essa questão antiga? *Organizações & Sociedade (O&S)*, v. 7, n. 18, 2000.
- LINTON, M.; SOUTAR, A. *The LET System design manual*. Courtenay, CA: Landsman Community, 1994.
- LLORENS, F. A. Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento. In: BNDS. *Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDS, 2001. p. 135-160.
- LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. *Economia monetária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas empresas*. São Paulo: Manole, 2004.
- MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44. n. 3, p. 559-590, maio/jun. 2010.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. *Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

PEREIRA, W. M.; CROCCO, M. A. Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza – CE. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011. *Anais... Ipea*, 2011.

PRIMAVERA, H. Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, S. (Org.). *Redes de trueque y economía solidária*. Sarmiento: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.

RAPOSO, J. G. *Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária para o desenvolvimento local*. 2014. Dissertação (Mestrado) – UFPB, CCSA, João Pessoa, 2014.

RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. Banco comunitário e moeda social: organização comunitária e desenvolvimento local. *Organizações em Contexto*, São Bernardo do Campo, vol. 11, n. 22, jul./dez. 2015.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. RBBC. *Banco Comunitário: serviços financeiros solidários em rede*. Fortaleza: Instituto Palmas, jan. 2006.

RIGO, A. S. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. *Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições*. 2015a. p. 39-69. V. 13.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Moedas sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba/BA. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS)*, v. 4, p. 15-33, 2015b.

RIGO, A. S.; SILVA JUNIOR, J. T.; FRANÇA FILHO, G. C. O desafio do uso de moedas sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) no Brasil: um estudo de caso do Banco Palmas. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. *Gestão social: mobilizações e conexões*, 2012. V. 6

SCHRAVEN, J. The economics of local exchange and trading systems: a theoretical perspective. *International Journal of Community Currency Research*, v. 4, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA. Plano Municipal de Saúde, Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/SESAU>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista de Estudos Avançados*, n. 18 (51): 7-22, 2004.

SINGER, P. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. F.; DODL, A. V. B. (Coord.). *Perspectivas para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SOUZA, H. P. B. *Moedas sociais e desenvolvimento: uma discussão teórica*. INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL AND COMPLEMENTARY CURRENCIES, 3., Salvador: Ufba, 2015.